



Que é Fazer Científico em Administração?

José de Arimatéia Dias Valadão (Universidade Federal de Pernambuco) arimateiavaladao@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho procurou teoricamente discutir o que é conhecimento científico em administração e o que o sustenta sua designação. Percebe-se que o corpo de conhecimento que constitui a ciência administrativa é um produto socialmente construído porque as observações empíricas são inevitavelmente mediadas pelas percepções teóricas, sendo o conhecimento das organizações fundamentalmente formado pela visão subjetiva de mundo dos quais os dados são percebidos. O que se propõe então, é que se perceba que é possível entender a importância do papel do científico na construção de conhecimentos que vão além da normalidade até então produzido pela ciência, fomentando uma ciência revolucionária. Nessa ciência, há uma exposição natural à crítica e a reavaliações contínuas das teorias hegemônicas que perfazem o conhecer científico e, no caso das organizações, povoadas até então por visões, ora radicalmente conservadoras, ora radicalmente relativistas, que ao longo da construção histórica do fazer ciência em administração foram sendo dualisticamente combatentes em um mesmo ambiente de luta, que são as organizações e suas multifacetadas dimensões. O que fica de mais importante na pergunta inicial, então, não é o que é conhecimento em Administração, mas em como ele é praticado e em como a objetividade é perseguida em seu interior.

Palavras-Chave: Conhecimento Científico, Administração, Ciência, Objetividade.

What is Doing Science in Business Administration?

Abstract

This study sought to theoretically discuss what scientific knowledge in management is and what sustains them. It is noticed that the body of knowledge that constitutes administrative science is a socially constructed product because empirical observations are inevitably mediated by theoretical insights, and knowledge of the organizations formed primarily by the subjective view of the world which data are perceived. What is proposed then is that one realizes that it is possible to understand the importance of the scientific development of knowledge that go beyond the normal so far produced by science, fostering a revolutionary science. In this science, there is a natural exposure to continuous review and reassessment of the theories that make up the hegemonic scientific knowledge and, in the case of organizations, previously populated by visions, sometimes radically conservative, sometimes radically relativistic, that throughout the historical development of science do dualistically in administration have been combatants in the same environment of struggle, which are the organizations and its multifaceted dimensions. What is more important in the initial question, then, is not what is knowledge in administration, but in how it is practiced and how objectivity is pursued in your inside.

Keywords: Scientific Knowledge, Management, Science, Objectivity.

1 Introdução

O conhecimento científico não desenvolveu de modo linear, espontâneo e naturalmente no seio da mãe ciência. Muitos são seus nuances, controvérsias e contradições na sua evolução e consolidação. A forma de conceber esse conhecimento muitas vezes é carregada de imperfeições, confusões e alterações na sua originalidade. De fato, a definição de conhecimento científico não está totalmente, principalmente nos dias atuais, determinada como verdade única e aceita por todos e por todas as comunidades como um conhecimento dado, certo, acabado. Este, ainda hoje se encontra confundido com muitas outras formas de pensar, de compreender e, até mesmo, de fazer ciência.

Para Bachelard (1996), essas confusões na construção do conhecimento científico estão presentes na epistemologia, na história, na educação, nas ciências, mas o primeiro obstáculo que surge na formação do espírito científico é o da experiência primeira. A experiência, inerente do espírito humano, se sobrepõe na busca da apreensão do conhecimento, vindo antes, primeira, norteando e direcionando o conhecer científico e tornando uma base não segura para a apropriação das realidades estudadas. A tese de Bachelard é que o espírito científico deve formar-se contra a natureza, contra o que é, em nós e fora de nós, o impulso e a informação da natureza, contra o arrebatamento natural, contra o fato colorido e corriqueiro. Há aqui, uma necessidade de libertação do espírito humano das coisas mundanas. A satisfação imediata pela curiosidade em vez de benefícios pode trazer obstáculos para a cultura científica. O conhecimento, segundo sua visão, é substituído pela admiração e as idéias que norteiam o conhecer são substituídas pelas imagens da realidade posta. Muito da ciência feita até então, principalmente nos séculos anteriores, estava carregada desse obstáculo ao conhecer.

A Administração passou a ser considerada como um campo do conhecimento científico após a difusão do pensamento de teóricos como Taylor e Fayol. Segundo Mattos (2009), aos poucos esta nova ciência foi sendo aceita nas universidades e passou então a ser praticada segundo os ritmos da psicologia e sociologia positivistas. Havia uma pretensão de certeza como força central da geração deste conhecimento. Aos poucos, o resultado das pesquisas foi ganhando representatividade e relevância no meio acadêmico e as contribuições começaram a ser reconhecidas também pelo mercado. A aceitação, como científico, do novo saber aplicado nos estudos organizacionais era fazê-lo participante de uma grande fonte de legitimação social.

No processo de construção do conhecimento desta ciência relativamente nova, a Administração desvendou ser um campo imensamente complexo, em especial nas relações evidenciadas nas pesquisas. Para Morin (2006) o conhecimento científico foi durante muito tempo e com frequência ainda continua sendo concebido como tendo por missão dissipar a aparente complexidade dos fenômenos a fim de revelar a ordem simples a que eles obedecem. No início, o conhecimento científico desenvolveu-se através do paradigma da simplificação. Porém, a hiper-especialização proporcionada por este paradigma, despedaçou e fragmentou o tecido complexo das realidades, e faz crer que o corte arbitrário operado no real era o próprio real. Sempre preocupado em ordenar a realidade, o conhecimento científico procurou desenvolver-se com base em teorias testadas e resistentes a refutações.

Desse modo, conforme Mattos (2009), as ciências sociais, ainda jovens, têm-se mostrado interessadas em catalisar problemas de pesquisa aproximadamente compatíveis, mas há, no seio da chamada comunidade acadêmica de administração, linguagens e formas de trabalho em um movimento crescente de dispersão, que fomenta sempre a pergunta o que vem a ser realmente a denominação ou quando pode-se denominar conhecimento científico em

Administração. É com esse propósito que o presente trabalho propõe discutir o que é esse conhecimento e o que o respalda para ser designado como tal.

2 O Conhecimento científico

O homem no decorrer da sua evolução e história sempre procurou explicar os fenômenos e interpretá-los. A sua eficácia só foi alcançada com o saber científico (LAVILLE; DIONE, 2008). Na busca dessa eficácia, o conhecimento científico foi se diferenciando dos demais (conhecimento vulgar, popular ou senso comum) na sua forma, modo, método e instrumentos de conhecer (MARCONI; LAKATOS, 2010). Definir conhecimento científico, portanto, não se torna uma tarefa fácil, pois ao colocar limites o conceito pode ser encarcerado e inibe-se a sua capacidade de complexidade (DEMO, 2009) que vai além das outras formas de conhecimento. Demo (2009) entende que é mais fácil dizer o que o conhecimento científico não é, ou seja, que ele não é senso comum, sabedoria, ideologia ou qualquer paradigma específico, do que dizer exatamente o que ele é, pois o conhecimento científico ao pretender ser verdadeiro pela via da razão, deixou muitas dúvidas diante das certezas racionais, podendo ser considerado diferente por aspectos intrínsecos às próprias outras formas de pensar, como o é a verificabilidade, a falibilidade e a exatidão.

A Revolução Científica iniciada no século XVI impulsionou o conhecimento científico, legitimando o paradigma mecanicista fecundado nas ciências físicas, com a fragmentação do todo em partes e separando a relação do homem com a natureza. Nesse período Campos (1997) diz que o método científico consagra-se, como a única forma de conhecer. Laville e Dione (2008) reconhecem esse período, até no século XVIII, como caracterizado pelo progresso de uma ciência e de uma técnica assentadas sobre o modelo positivista, cujos pilares seriam o empirismo, a objetividade, a validade e o determinismo. O século XIX, por sua vez, assiste a uma tentativa de demarcação do que vem a ser científico, a separação entre a ciência e a não ciência, que põe em questão a cientificidade dos campos de saber onde os pilares acima se mostram menos presentes, como nos estudos humanísticos. Esses autores falam ainda, do processo de redefinição da ciência no século XX, dados os problemas e limitações que o modelo do positivismo impõe a ramos de investigação nos quais seus princípios são menos aplicáveis. Nesse processo, ganham ênfase as questões de provisoriedade e relatividade dos esquemas de explicação científicos, a redefinição do que seja objetividade, a idéia dos saberes como interpretações, o papel fundamental da teoria no método, as condições de validade do método e, dentre outras, a multidisciplinaridade.

A partir do início do século XX, o Círculo de Viena não mais tratou das questões da sociologia como uma teoria social, mas por meio de uma abordagem epistemológica conhecida como positivismo lógico, que numa primeira abordagem (manifesto) propunham uma nova concepção científica do mundo, com unificação da ciência e rigorosa eliminação da metafísica como produtora de conhecimento. Contrário ao Círculo de Viena, Popper exprimiu significativos esforços para separar a ciência da pseudociência, mas sua tese passava pela rejeição total da indução, pela substituição da verificação pela refutação e sua crença de que a lógica positivista devia colocar um fim na metafísica (BARRETO, 1998).

O fazer ciência na sociologia, tem a partir Comte, Durkheim, Círculo de Viena, Popper, dentre outros, significativo desenvolvimento. A objetividade científica talvez seja uma das poucas características que restou na ciência moderna que possui respaldo e relevância no fazer científico. Da visão funcionalista às recentes teorias críticas, a busca de uma ciência objetiva tem persistido, por mais que a sua estrutura tenha sido modificada pelas diversas correntes e formas alternativas de fazer ciência, que ao longo, principalmente, das últimas décadas, tem emergido no mundo acadêmico. Para Popper (2006), não é possível construir verdades por

meio da experiência pessoal. Os enunciados na ciência devem ser passíveis de testes e, portanto, não devem ser dados como definitivos. Estes devem estar sujeitos a refutação pelo falseamento de suas conclusões já que não é possível testar infinitamente a sua validade. Desse modo, Popper se recusa a aceitar um enunciado científico que não seja capaz de ser submetido a testes simplesmente pela justificativa de não parecer possível por simples razões lógicas.

Boaventura Santos (2000) entende também que a objetividade, como citada anteriormente, é tida nessa era, como aspecto que fornece ao conhecimento científico a capacidade de conhecer tal qual é o objeto, ou seja, sem a influência do sujeito pesquisador e suas pré-noções sobre o cognoscível. Dentre as condições relevantes existem, nessa concepção, causalidades que permitem explicar as ocorrências que intrigam o pesquisador, operando por meio de determinações, de leis que são universais e precisam ser explicadas. O advento das ciências sociais no século XIX se deu pela reivindicação de uma identidade própria. Essa busca se concretizou por dois modos distintos, segundo Boaventura Santos (2000), pelo que se denominou de física social, na qual o objeto de estudo particular do saber científico-social era estudado pelas lentes dos métodos naturais ou pela defesa de um estatuto metodológico próprio para o estudo da sociedade. Desse modo, principalmente pelo último aspecto, as ciências sociais almejavam vida própria, mas distinguiam seu objeto de estudo a partir da epistemologia positivista.

Em contraposição a esse modelo de ciência, vislumbra-se um início de uma conscientização (CAPRA, 2006) de pensamento da ciência onde as teorias científicas são somente aproximações da realidade, servindo apenas para uma gama de fenômenos que não explica a totalidade da natureza. Boaventura Santos (2000) e Plastino (2000) caracterizam um paradigma emergente. Propõem pensar em um processo de pensamento complexo em substituição a linearidade vivenciada pela ciência moderna. Para Foerster (1996) a observação (legado indutivista que muito contribuiu para o desenvolvimento da ciência) das coisas não acontece na sua totalidade, pontos cegos existem e impossibilitam a compreensão total dos objetos e figuras observadas. Essa impossibilidade de ver as coisas como elas são, gera, no processo de ver e conhecer, disfunções de segunda ordem, ou seja, o observador não vê que está parcialmente cego ou mesmo que não vê que não vê. Na ciência, essas disfunções têm ocorrido continuamente na explicação de teorias, tendo os próprios conceitos que se aplicam recursivamente a si mesmos para dar conta da explicação da realidade, usando para isso a linguagem como meio de nominalização e de disseminação dessas teorias.

A orientação pela separação de sujeito e objeto sofre, na atualidade, duras críticas. A filosofia (investigação reflexiva) e a ciência (investigação objetiva) passam a experimentar uma abordagem não excludente. Segundo Vieira e Boeira (2006), a vida em sociedade não pode ser descrita e muito menos explicada, apenas levando-se em conta as características exteriores e objetiváveis do comportamento humano. A ciência social só pode compreender realmente as relações sociais ao incorporar em seus enfoques analíticos o universo interior dos indivíduos e, sobretudo, a dimensão do sentido que os mesmos conferem às suas ações. As próprias ciências naturais, pelo dogmatismo científico e a tradição do conhecimento puro, são sinais da limitação desse paradigma dominante. Boaventura Santos (2000) trata esse momento da ciência como crise epistemológica desse paradigma, que leva a crer que em vez da eternidade, temos a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpretação, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente.

3 Limitações do fazer científico

O conhecimento científico assim, hegemônico nas ciências naturais, depois de incorporado nas ciências sociais, caracterizado por englobar todos os conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente sistematizados e verificáveis (ANDER-EGG, 1972) tem sido continuamente colocado a prova, seja pela sua pretenciosidade à verdade, ou pela sua forma de, conforme Foucault (2007), descrever, nomear, ordenar seres e coisas de modo visivelmente empírico, pois instaura ordem na desordem ou pelo menos não se concretiza o chão pela qual ela tenta apoiar todas as relações de palavras e coisas. Para Foucault fica difícil ter a certeza das relações existentes na ciência se a lógica diária ataca justamente as amarras que as mantêm.

A ciência enquanto produção de conhecimento de si e para si mesma, encontra-se cada dia mais desmistificada. A sua essência, até então notável, de caminhar autônoma e solitária paralela à via da sociedade se encontra, se não obstruída, com obstáculos difíceis de transposição e avanço. Sua realização é permeada pelas características inerentemente sociais e a sociedade, por outro lado, tem sido moldada, por lados e formas, pelo avanço e solidificação de verdades que o senso comum tem aceitado e praticado como se fossem necessidades condicionantes da vida humana. A pesquisa tem sido contingenciada pelas limitações da verdade e da linguagem que perpassam o conhecimento científico.

A filosofia, como disciplina autônoma que investiga o homem e o mundo que o cerca, e que influenciam diretamente a linguagem e o conceito de verdade na ciência, sempre foi apoio a análise e crítica da sociedade e dos contornos que ela toma nas suas bases epistemológicas, mas também, a mesma sempre teve essas análises e críticas voltadas para ela própria. Para Rorty (1994) a forma de conhecer na filosofia, por exemplo, a partir do iluminismo e da revolução cultural que se seguiu, se dividiu em dois rumos diferentes e divergentes da forma de tratar questões como ciência e religião, razão e irracionalidade e outras formas de pensar que influenciam na forma de conhecer e encarar a verdade. Por um lado, um grupo de filósofos que admitiam as ciências naturais como capazes de descobrir e relevar a verdadeira natureza da verdade, considerando-a como dada e inadmissível a possibilidade de sua fabricação. Por outro, os que a considerava como uma atividade humana em que as descrições do mundo são inventadas para ajudar na previsão e controle daquilo que rotineiramente acontece. Enquanto o primeiro tipo baseia-se principalmente nas ciências naturais, o segundo tem nas artes e na política sua base de apoio.

Para Nietzsche (2000) o homem tem determinado a sua existência no universo como se a sua existência fosse fator anterior à forma como este está ordenado e como as coisas estão postas. O homem com uma simples passagem – pela pontualidade do momento – por esse universo tem, na melhor de suas pretensões, tentado determiná-lo. A natureza, que representa a ordem, a estrutura, a organização e a sinergia desse universo que o homem faz parte, não têm conseguido ser desvendada, por mais que por meio da sua capacidade de pensamento, esse mesmo homem tenha tentado relevá-la. Para Nietzsche, que vê a incapacidade do homem em alcançar tão altivo status devido a limitada ação de seu intelecto, exceto nos momentos de sonhos em que a mente pode menti-lo sem constrangimento e sem culpa, esse indivíduo tem recorrido à linguagem para estabelecer leis de verdade que coíbam as ilusões e lhe garanta nos pedestais da racionalidade, a certeza e a razão.

Mas Nietzsche (2000) questiona, qual motivo teria para tantas línguas se a verdade é única. A resposta não pode ser dada por meio das palavras. Pois as palavras são somente metáforas de representação em sucessivos avanços e fases. A metáfora ajuda na compreensão das coisas diante da impossibilidade de sua apreensão total. E a verdade não pode ser caracterizada por

meio de uma simples palavra, ela é soma de relações que ao longo do tempo foram sendo enrijecidas pela ação humana e sua relação com a natureza.

Essa verdade não é arbitrária da individualidade, ela é construída pela padronização das relações que se molda nas interações e vai tomando forma na medida em que as construções sociais são estabelecidas. Para Nietzsche (2000), a capacidade de conceituação humana é que assegura que o estabelecimento dessa verdade seja afirmado na consciência e inconsciência do intelecto humano. Essa conceituação serve para a extrapolação de particularidades para uma infinidade de casos, iguala o não igual. Já a natureza não permite essa formatação do conceito, pois para ela não existe a padronização e generalização dos conceitos. Tudo é único e, por mais que tudo esteja agrupado pela lógica do raciocínio humano, a essência de cada ser é intocável e incompreensível. Por mais que o homem queira, a verdade não passa de uma metáfora da própria verdade natural das coisas.

Mas se por um lado existe essa verdade, construída pelo próprio homem e que o aprisiona nas algemas dos conceitos, por outro o próprio homem é capaz de sonhar acordado, inconsciente dessas amarras que o prende. Nietzsche (2000) vislumbra essa liberdade mesmo por vezes esporádica e temporária, no mito e nas artes. O mesmo homem dos conceitos pode aqui se enfeitiçar e se encher de felicidade ingênua, como o mais apaixonado dos príncipes.

Nessa discussão, os idealistas (Kant, Hegel e outros) se dividiam em análise e argumentação com relação a essas extremidades. Para Rorty (1994), esses admitiam a presença da “verdade diante de nós” apenas na sua metade. A ciência empírica é admitida como um mundo feito e a mente, ao contrário, da mesma forma que o eu humano, admite-se sua natureza intrínseca. Isso representa que a verdade é dividida na sua forma de manifestação. A primeira metade é feita e a segunda descoberta. Rorty, não admite, contudo, que tudo isso (mente, matéria, o eu, o mundo) tem uma natureza intrínseca a ser expressa ou a ser representada. Admitir essência (natureza intrínseca), para ele, é querer privilegiar a linguagem (frente a outras formas de expressão), sendo que esta também está condenada pelas bases de suas próprias referências.

Para Rorty (1994), há que se fazer uma distinção entre a ideia de que “o mundo está diante de nós” e a ideia de que “a verdade está diante de nós”. A percepção do mundo está relacionada com a capacidade humana de percebê-lo sem a nossa interferência. A ideia de verdade, por outro lado, só pode ser assimilada por meio da presença das frases, sendo essas linguagens humanas e, assim, criações do homem. As descrições ocasionadas por essa linguagem podem ser caracterizadas como verdadeiras ou falsas. Com o mundo, por outro lado, isso se torna impossível. Isso quer dizer que o mundo não pode interferir na linguagem transferida, pois só os humanos têm essa capacidade, nas palavras de Rorty, o mundo não fala, só os humanos falam.

Pode-se inferir que a análise da linguagem só é possível de ser feita por meio dela própria (das descrições humanas), nunca por meio de vias alternativas a ela. As novas metáforas, por exemplo, que substituem as velhas, só são conhecidas e se tornam possíveis mediante a comunicação e sua repetição na sedimentação e substituição das anteriores. A confrontação, portanto, da linguagem com ela própria, abandonando a ideia de representação anteriormente sugerida, é concedido por Rorty (1994), como o processo de desdivinização do mundo, na tentativa de perceber os significados somente na dimensão do humano e não transcendente a ela. A linguagem dessa forma é reduzida a uma fabricação humana, como ferramenta de ajuda na comunicação e no atendimento das nossas necessidades e não muito além disso.

Nietzsche (2000) enquadra o intelecto humano, enquanto fonte de um conhecimento que conduz ao deslumbramento típico de nossa própria existência. As descobertas e suas efemeridades, num primeiro momento, à luz das ciências naturais, e a incapacidade dos seres humanos de lançarem um olhar além desta perspectiva, faz com que a partir do mundo real,

permita empreender uma fuga permeada pela inquietação da busca de si mesmo e de outras possibilidades, no reencontrar do caminho que desconstrói a vaidade e as dicotomias homem/natureza e sujeito/objeto.

Para Nietzsche (2000) há épocas em que o homem racional e o homem intuitivo ficam lado a lado, um com medo da intuição, o outro escarnecendo da abstração; este último é tão irracional quanto o primeiro é inartístico. Ambos desejam ter domínio sobre a vida. Um sabendo, através do cuidado prévio, prudência, regularidade, enfrentar as principais necessidades. E outro, como “herói eufórico”, não vendo aquelas necessidades e tomando somente a vida disfarçada em aparência e em beleza como real. A relevância da linguagem metafórica para permear os significados construídos para caracterizar não aquilo que já existe, mas do que está por vir, pela via da própria contingência e pela capacidade de tomar nas mãos a propriedade de conjugar a verdade sob o prisma metafórico, em detrimento do significado literal. Rorty (1994) afirma que o processo de chegarmos a conhecer-nos a nós próprios, de nos confrontarmos com a nossa contingência, de identificarmos as nossas causas, é idêntico ao processo de inventar uma nova linguagem, isto é, de concebermos novas metáforas.

4 Reflexo do fazer científico na administração

Com o início da Revolução Industrial o modo de produção passou por mudanças significativas, graças ao uso cada vez mais intenso dos aparatos tecnológicos. Ao setor empresarial, restou reorganizar seus processos produtivos em nome do atendimento às novas demandas do mercado. Os grandes grupos, que já detinham os fatores de produção, absorveram a força de trabalho daqueles que viviam de seu próprio esforço, gerando profundas e significativas alterações no panorama social da época. Laville e Dione (2008) destacam que, nesse período, a produção de objetos manufaturados também aumenta consideravelmente, graças às máquinas, as novas fontes de energia, aos novos materiais e diferentes modos de fabricação. Os bens produzidos, agrícolas ou industriais, são mais ampla e facilmente distribuídos, em especial com o auxílio das ferrovias e da navegação a vapor.

No início do século XX, conforme Bertero (2004), quando emerge a administração enquanto importante fator de produção, seus precursores são adeptos da idéia de que as mesmas diretrizes que regiam os métodos nas ciências exatas poderiam ser transplantadas ao campo administrativo, sobretudo no que dizia respeito à engenharia. No entanto, com o aparecimento da abordagem contingencialista e da sua idéia central de que as circunstâncias específicas de contexto nas quais as organizações atuam, põe em cheque a possibilidade de se fazer ciência nessa área sob os pressupostos do positivismo. Nesse sentido, as restrições a ação impediriam um conhecimento exato, válido para situações gerais e capazes de gerar, de imediato, tecnologias administrativas amplamente executáveis no âmbito da prática da gestão.

Os estudos taylorista dos tempos e movimentos, que consistia na eliminação de desperdícios de materiais, de esforço humano e de tempo nas linhas de produção, organizando o chão de fábrica estabeleceu um método para a administração com fortes contornos mecanicistas. Nesse mesmo contexto histórico, Fayol deu vida a Administração Clássica, com as funções administrativas de planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar, assim como alguns princípios da administração, dentre os quais pode-se destacar o da autoridade, da disciplina, da unidade de comando, da divisão do trabalho, da especialização e da amplitude do controle.

Vieira e Boeira (2006) relacionam a escola clássica da administração e a escola das relações humanas com o grande paradigma do ocidente. De acordo com os autores, a vertente clássica trabalha com a metáfora da máquina para estudar a organização, pressupondo o indivíduo a partir do modelo de *homo economicus*. Isso atribuiu uma definição à ciência da gestão como a

aplicação do método científico e do raciocínio analítico ao processo de tomada de decisões dos executivos no controle de sistemas comerciais e industriais. A vertente das relações humanas, baseada na noção de *homo socialis*, apóia-se nas metáforas do organismo e do sistema político. Apesar de menos dicotômica que a escola clássica, a vertente das relações humanas também está compreendida dentro desse grande paradigma separando alma-corpo; espírito-matéria; qualidade-quantidade; finalidade-causalidade; sentimento-razão; liberdade-determinismo; existência-essência.

O conhecimento em Administração, dessa forma, tem sido tratado na academia para Moura (2009), numa perspectiva predominantemente funcionalista, comportamentalista e representacionista. Este tratamento sugere que o objeto de estudo da Administração precisa ser útil, precisa possuir uma finalidade para o mundo da ação chamada prática e, acima de tudo, ser viável aos olhos do mercado, aquele que o patrocina e o consome. Mais uma vez, observa-se que o conhecimento científico em Administração não tem um fim em si mesmo, ou seja, não é o conhecimento pelo conhecimento, ou pelo desenvolvimento da ciência, mas sim pelo crescimento das organizações, que buscam formas cada vez mais eficientes de realizar suas atividades, para gerar lucro e obter desempenho superior aos demais. Moreira (2003) corrobora com esta idéia ao afirmar que a finalidade do conhecimento científico é entender, explicar e tornar mais eficaz a prática gerencial. Destarte, esse conhecimento tem um público certo e definido ao qual se destina, além da própria comunidade acadêmica.

Essa definição de desenvolvimento científico, contudo, não é compartilhada por toda comunidade científica, sendo restrita aos paradigmas dos quais é usada. Um paradigma (KHUN, 2006) ou realidade alternativa é abordado de diferentes maneiras pelas escolas de pensamento que o utilizam, o que dá origem a diferentes metáforas. Morgan (2005) toma o conceito de paradigma para abordar as metáforas em teorias organizacionais. Cada metáfora é desdobrada em ferramentas e textos específicos que destinam-se à resolução de problemas e de quebra-cabeças. A máquina e o organismo são as mais representativas metáforas do paradigma funcionalista, tendo aberto espaço para outras que compartilham dessa mesma realidade alternativa: a ecologia populacional, o sistema cibernético, o sistema frouxamente acoplado, o sistema político, o teatro e a cultura. Do lado do interpretativismo estão os jogos de linguagem, a metáfora do texto e a realização e produção de sentido. A análise metafórica da organização como prisão psíquica é tipicamente de cunho humanista radical. Do mesmo modo, tem-se a metáfora do instrumento de dominação, da fragmentação e da catástrofe como pertencentes ao paradigma estruturalista radical. Isso encerra a idéia de que é a consideração desse conjunto de metáforas, e de outras que possam surgir, que determina o caminho mais promissor para o entendimento de questões que desafiam o status da teoria organizacional. Assim a organização é, simultaneamente, esse conjunto de interpretações.

Para Hair Jr e outros (2005) a pesquisa científica em administração é um elemento antigo, mas de tratamento formal recente, sendo as teorias utilizadas para dar suporte às decisões administrativas, com forte interligação com a prática. Consideram que a administração possui fronteiras virtualmente ilimitadas, que atualmente se debruça sobre diversos âmbitos de investigação: finanças, marketing, informação, gestão de pessoas e assim por diante. A ciência, nesse caso, é a busca da verdade e no processo de descoberta, os métodos científicos não careceriam de rigor, podendo os mesmos advir de intuições, palpites, de raciocínio dedutivo ou indutivo, porém, deveriam ser posteriormente e rigorosamente testados. O rigor de uma análise crítica e analítica definiria a boa ciência, sendo essa marcada pelo caráter empírico, reproduzível, objetiva, analítica e dirigida pela teoria e pela lógica.

O que é conhecimento em Administração, dessa forma, surge com o emprego de questões-chaves nas discussões sobre o que é científico, qual a profundidade da verdade ou mesmo se

poderia determinar se o conhecimento no campo da gestão caberia o adjetivo de científico. Nesse sentido, a discussão proposta por Mattos (2009) coloca no centro do debate a dúvida já clássica de que se a administração é ciência ou é arte. A problemática pode se referir à dúvida sobre o caráter de mera atividade (arte) ou de um saber sistematizado necessário a essa atividade (ciência). A resposta ao dilema requer uma necessária demarcação entre a ciência e a não-ciência. Mattos (2009) mostra que essa demarcação esteve durante muito tempo na agenda de pesquisa de epistemólogos e filósofos, até perder sua razão de ser. Os estudos sobre sociologia e história da Ciência indicam, desde o final do século passado, a natureza circunstancial e histórica na prática da Ciência, de modo que a questão da demarcação científica a partir de um critério epistemológico torna-se esvaziada e satura-se. Em seu lugar, aspectos relacionados ao papel das circunstâncias pessoais, histórico-sociais e culturais na investigação mostram-se, mais relevantes. Nessa visão, em face ao falecimento do problema da demarcação, não há como perguntar pela cientificidade da Administração. Porém, seria válido indagar sobre a relação entre teoria e prática nesse campo, sobre a constituição da administração como uma disciplina particular, com corpo teórico próprio, ou como interdisciplinar.

A maior parte do conhecimento em Administração advém de pesquisas sistemáticas, conhecimento experiencial de pesquisadores, executivos, professores de administração e, práticas empresariais (MOREIRA, 2003). Dessa forma, quando se refere ao conhecimento em Administração, está tratando de uma ciência que caracteriza um campo de estudo ou aplicação, ou seja, uma prática. A geração de conhecimento deste campo é diretamente proporcional ao ambiente no qual as organizações que se estuda estão inseridas. Moreira é categórico ao afirmar que, tanto de um como do outro lado (ciência e mercado), o critério final de aceitação do conhecimento deve ser a sua relevância para o melhor domínio da função gerencial. Assim, o que se pode dizer sobre o que é conhecimento científico em Administração parece depender mais do que se esteja compreendendo como Ciência do que da natureza específica desse saber. Num momento histórico em que as fronteiras entre o científico e as outras formas de saber parecem perder substância, a questão tende a ser deslocada para outros dilemas.

Ademais, conforme ressalta Whetten (2009), as pesquisas organizacionais apóiam-se fortemente em conceitos emprestados de disciplinas vizinhas como a psicologia e a sociologia. Esta prática de empréstimo de conceitos e teorias tem ajudado o desenvolvimento de campos relativamente jovens, como é o caso dos estudos organizacionais, o que possibilita ganhar credibilidade e legitimidade no âmbito das pesquisas. O cuidado que se deve ter, destacado por Whetten (2009), é que, com poucas exceções, essa prática ignora as diferenças em contextos sociais e, como consequência, as teorias e conceitos emprestados muitas vezes permanecem inalterados, sem levar em conta se, em sua forma nativa, eles são adequados às teorias organizacionais.

A dificuldade que as ciências sociais, em geral, e a administração, em particular, encontram para atingir a neutralidade e a objetividade, que Popper defende, que possuem as ciências naturais deve-se à complexidade de seu objeto de estudo. Na natureza, existem mais fatores e condições invariáveis do que na sociedade. Essa variabilidade nos fenômenos sociais provoca dificuldade de generalização dos resultados encontrados nesses estudos. Todavia, os fenômenos sociais não são tão variáveis quanto se pode imaginar, pois, se assim o fossem, nem mesmo seria possível generalizar os conceitos e termos empregados para nomear esses fenômenos (AUGUSTO; WALTER, 2008). Dessa forma, e esses autores corroboram, a administração tem dificuldade para ser considerada ciência em virtude de dois motivos: o primeiro consiste no fato de esta não atingir alguns dos critérios de cientificidade alcançados

pelas ciências naturais, o que é compartilhado por todas as ciências sociais, e o segundo refere-se à validade e à relevância dos resultados obtidos pelos estudos em administração.

Para Astley (apud MECKLER; BAILLIEO, 2003) o corpo de conhecimento que constitui a ciência administrativa é um produto socialmente construído porque as observações empíricas são inevitavelmente mediadas pelas percepções teóricas, sendo o conhecimento das organizações fundamentalmente formado pela visão subjetiva de mundo dos quais os dados são percebidos. A verdade é definida em termos dos construtos teóricos e do vocabulário teórico que guiam as pesquisas e mediam o acesso para os fenômenos organizacionais. A ciência administrativa nessa visão então é guiada, sobretudo, pela linguagem teórica e pelos dados objetivos. Não sendo, portanto, o conhecimento nessa ciência construído por meio da verdade, mas um artefato produto das definições sociais. Reforçando essa ideia, Whitley (apud AUGUSTO; WALTER, 2008), assegura assim que a administração pode ser classificada como ciência social, visto que seu objeto de estudo se constitui de fenômenos de ordem social, ou seja, do estudo e da melhoria da coordenação e do controle de atividades humanas associadas. Meckler e Baillieo (2003) lembram que o fato das teorias administrativas serem socialmente construídas e sujeitas a uma continuada estruturação, não a impede de falar corretamente sobre o mundo dos objetos e eventos, ou seja, o fato da teoria da organização ser socialmente construída não a impede de buscar a uma descrição mais apurada dos fatos e a objetividade.

O conhecimento científico em Administração, por outro lado, ao tratar do determinismo epistemológico *a priori*, não é mais cientificamente aceitável. Mesmo sem adentrar nas fontes sociais do comportamento, a convicção científica da realidade das representações mentais e a complexidade do aparato cerebral e psicológico são suficientes para introduzir imprevisibilidade no comportamento administrativo e com isso cortar a linha que une explicação e previsão (NASCIMENTO, 2006). Isso quer dizer, todavia, que fazer ciência em administração não significa ficar acima do muro, indo da busca pela verdade objetiva, à imprevisibilidade, mas buscar sempre superar a variabilidade, a impossibilidade de verificabilidade de hipóteses, a mensuração dos fenômenos e a heterogeneidade (AUGUSTO; WALTER, 2008) que existe na pesquisa científica em administração.

5 Discussões finais

O que se propõe então, é que se perceba que é possível entender a importância do papel da construção de conhecimentos que vão além da normalidade até então produzido pela ciência, Reed (1999) chama esse além de uma ciência revolucionária. Nessa ciência, há uma exposição natural à crítica e a reavaliações contínuas das teorias hegemônicas que perfazem o conhecer científico e, no caso das organizações, povoadas até então por visões, ora radicalmente conservadoras, ora radicalmente relativistas, que ao longo da construção histórica do fazer ciência em administração foram sendo dualisticamente combatentes em uma mesma arena de luta: as organizações e suas diversas multifacetadas dimensões. Há uma necessidade de (re)construir um consistente conhecimento científico em administração. Esse (re)construir significa colocar à prova para interpretação e controvérsia, enfrentando contestações e até mesmo refutações pelo caminho. Mas por outro lado, pode trilhar uma via alternativa que permita balancear as condições estruturais da ciência organizacional com novas inovações conceituais, bem como pode permitir que os contextos sociais possam ser construídos em consenso com as ideias teóricas formuladas até então, possibilitando uma aproximação entre a teoria e prática nos estudos organizacionais.

Dentro deste contexto, o conhecimento científico em Administração vem aprimorando-se a cada dia. Ele procura desvendar quais relações existentes entre as organizações e os

indivíduos que a constituem, assim como a relação entre organização e o mercado (outras organizações) e o meio ambiente no qual está inserida. Com um objeto de estudo tão subjetivo, como os indivíduos, suas decisões, conflitos e interesses diversos, ainda há muito a ser “descoberto”, se é que o que os resultados das pesquisas realmente conseguem expressar a verdade. Considerando que as pessoas mudam assim como também muda o ambiente, constantemente, o que é verdadeiro agora, pode não ser mais daqui a poucos anos. Provavelmente o grande desafio do conhecimento científico em Administração seja conseguir refletir essa dinamicidade.

O conhecimento científico em Administração tem conferido amplo status pela sua importância na caracterização e explicação das teorias organizacionais. As estruturas tradicionalmente montadas e articuladas para determinar a direção da análise organizacional se encontram questionadas pela rápida expansão e apreensão do conhecimento produzido, rejeitando as formas padronizadas e determinísticas de desenvolvimento da teorização organizacional bem como o aspecto totalitário que tem perpassado outras meta-narrativas analíticas (como a racionalidade e a justiça) e fornece, conforme compreende Reed (1999), uma forma alternativa de apreensão da realidade, por meio da ação social como uma rede mutável, temporária e instável, onde o conhecimento pode ser acessado, dominado, produzido e usado como ferramenta da regulação do comportamento social. Esse último faz do conhecimento em Administração um campo autônomo de explicação da construção histórica e dialética das organizações, conferindo-lhe poder, controle, autonomia e capacidade de determinar a estrutura de produção e reprodução das formas organizacionais historicamente construídas que tem influenciado sobremaneira a própria produção de conhecimento na área organizacional. O que é conhecimento em Administração dessa forma passa a ser questionado em como ele é praticado e em como a objetividade é perseguida em seu interior.

6 Referências

- ANDER-EGG, E. **Introducción a Las Técnicas de Investigación Social**: para trabajadores sociales. 3. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1972.
- AUGUSTO, P. O. M.; WALTER, S. A. O status científico na pesquisa em administração. Blumenau: **Revista de Negócios**, v. 13, n. 4, Out-Dez, 2008. p. 56 -71.
- BARRETO, T. V. Positivismo, positivismos: da tradição francesa ao positivismo instrumental. **Estudos em Sociologia**. v. 4, n. 2, Jul-Dez, 1998, p. 7-31.
- BERTERO, C. O. O paradoxo da teorização e da prática administrativa. In: VASCONCELOS, F. C.; VASCONCELOS, I. F. G. (Orgs). **Paradoxos organizacionais**: uma visão transformacional. São Paulo: Pioneira, 2004.
- CAMPOS, A. M. Contribuição para o Resgate da Relevância do Conhecimento para a Administração. Rio de Janeiro: **PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva**, n. 7, v. 2, 1997, p. 105-127.
- CAPRA, F. **Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.
- FOERSTER, H. Visão e conhecimento: disfunções de segunda ordem. In: Schnitman, D. F. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- HAIR JUNIOR et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- LAVILLE, C.; DIONE, J. A. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo, Atlas, 2010.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- MATTOS, P. L. “Administração é ciência ou arte?” O que podemos aprender com este mal entendido? **Revista de Administração de Empresas (RAE)**. v. 3, n. 49, Jul-Set, 2009, p. 349-360.
- MECKLER, M.; BAILLIEO, J. The Truth about Social Construction in Administrative Science. **Journal of Management Inquiry**, v. 12, n. 3, 2003, Sep, p. 273-284.
- MOREIRA, D. A. Natureza e Fontes do Conhecimento em Administração. **Administração On Line**, v. 1, n. 1, Jan-Mar, 2000. Disponível em: http://www.fecap.br/adm_online/art11/daniel.htm Acesso em: 02/02/2003.
- MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 45. n. 1, 2005.
- MOURA, G. L. “Que tem a linguagem a ver com o conhecimento que intenciono construir?": Uma Reflexão Lingüístico-Construtivista Sobre o Conhecer em Administração. **Revista Gestão.Org**, v. 7, n. 1, Jan-Abr, 2009, p. 137-142. Disponível em: www.gestaoorg.dca.ufpe.br/.../N1.../GESTAORG_V7_N1_REFLEXAO.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2010.
- NASCIMENTO, P. T. S. O livre arbítrio epistemológico na administração. **Organização & Sociedade**, v. 13, n. 38, Jul-Set, 2006. p. 31-44.
- NIETZSCHE, F. Obras Incompletas. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- PLASTINO, C. A. **O primado da afetividade: a crítica freudiana ao paradigma moderno**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.
- RORTY, R. **Contigência, Ironia e Solidariedade**. Lisboa: Presença, 1994.
- BOAVENTURA SANTOS, S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- VIEIRA, P. F.; BOEIRA, S. L. Estudos organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- WHETTEN, D. A. O que constitui uma contribuição teórica? **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, Jun-Set, 2003. Disponível em: <http://www16.fgv.br/rae/artigos/2004.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2010.